

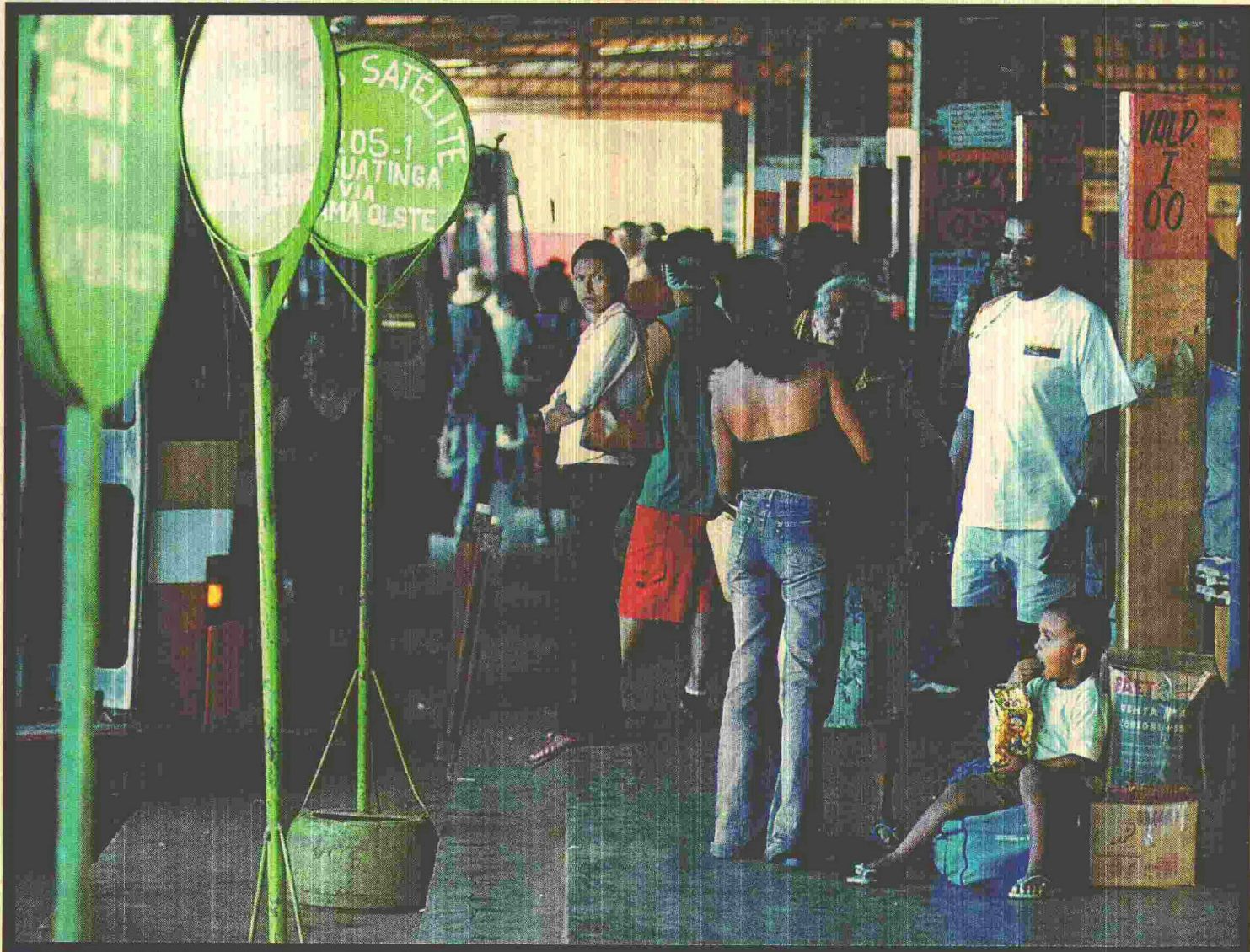
URBANISMO

Normas que definem o zoneamento das cidades ainda estão em fase de levantamento e precisam ser aprovadas pela Câmara Legislativa. Atraso prejudica comunidades, que não têm as demandas atendidas

Lentidão nos planos diretores

DA REDAÇÃO

Kleber Lima 21.5.04



UMA DAS PROPOSTAS PARA O PDL DO GAMA É A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RODOVIÁRIA. A ATUAL, RECLAMAM OS MORADORES, NÃO TEM LUGAR NEM PARA SENTAR

Aprovado em julho de 2001, o Estatuto das Cidades foi criado para regulamentar a ocupação de terras em todo país. Ao cobrar o ordenamento urbano das cidades, a lei gerou uma obrigação para os governos estaduais: elaborar, até 2007, os Planos Diretores Locais (PDLs) de todas as cidades brasileiras com mais de 20 mil habitantes. No Distrito Federal, o calendário para cumprir as exigências do estatuto anda apertado. Apenas cinco das 22 cidades do DF têm PDL. Os planos de outras sete estão em fase de elaboração. Se quiser concluir a tempo os dez PDLs restantes, o governo terá de se apressar.

A cobrança pelos planos diretores não é apenas constitucional. A existência de regras que controlem o desenvolvimento das cidades, garantindo que a expansão urbana não prejudique a qualidade de vida da população, é uma exigência da própria comunidade. Ao reclamar de dramas cotidianos como engarrafamentos, falta de vagas para estacionar, centros de saúde lotados ou apenas uma fachada esquisita em uma quadra comercial, os moradores cobram leis que lhes garantam uma prestação de serviços públicos e uma cidade agradável de se viver.

A intenção do Plano Diretor Local é exatamente essa. Ao definir normas de uso dos lotes, regras para construções ou restrições para expansões, os PDLs asseguram que a cidade não sofrerá problemas futuros, pelo menos no prazo de dez anos para o qual o plano é preparado. Por lei, a elaboração dos PDLs exige um levantamento detalhado das áreas a serem tratadas no plano, discussões com a comunidade e avaliações técnicas do que é possível ser feito. Por isso, cada PDL tem levado, no Distrito Federal, uma média de três anos para ser

transformado em lei.

O primeiro PDL da capital federal foi o de Sobradinho, criado em 1997. Nos quatro anos seguintes, foi a vez de Taguatinga, Ceilândia, Samambaia e Candangolândia ganharem seus planos diretores. Um plano maior, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), para tratar do zoneamento do Distrito Federal, também foi elaborado. "Sobradinho era a cidade que mais havia crescido no DF, por isso começamos o planejamento urbano por ela", explica a

líder do governo na Câmara Legislativa, deputada Anilcéia Machado (PMDB).

A cidade serrana triplicou o número de habitantes em 20 anos — de 70 mil na década de 80 pulou para 200 mil no último censo, em 2000 — e ganhou até uma expansão, Sobradinho II. Por isso, seu PDL começa a ser revisado. À época da elaboração, Anilcéia era administradora da cidade. Já como deputada, ela foi relatora do PDL da Ceilândia. Agora, aguarda a chegada dos demais planos para, junto com

os demais distritais, dar início às discussões. Dois deles devem ser discutidos ainda este ano. O do Gama já chegou à Casa, mas ainda não foi protocolado. O de Planaltina está prestes a ser encaminhado ao Legislativo.

Fase de levantamentos

Apesar da expectativa — o deputado Chico Leite (PCdoB) chegou a entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o governo, por omissão, pela demora na elaboração dos PDLs restantes — ainda falta

muito para os planos serem discutidos pelos distritais. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação começou há poucos meses a preparação dos planos diretores da área tombada (Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste e Octogonal e a revisão da Candangolândia), do Guará e do Lago Sul. Todos ainda estão em fase inicial de levantamento de dados, onde os técnicos da secretaria comparam a cidade que existe no papel com a que existe nas ruas.

"Iniciamos os trabalhos com

COMO ANDAM OS PDLs

PRONTOS

● Sobradinho

● Taguatinga

● Ceilândia

● Samambaia

● Candangolândia

A CAMINHO DA CÂMARA LEGISLATIVA

● Gama

● Planaltina

EM ELABORAÇÃO

● Lago Sul

● Guará

● Área tombada — Plano Piloto, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal e revisão da Candangolândia

Os PDLs das demais cidades do Distrito Federal ainda não foram iniciados

as cidades mais consolidadas, como Sobradinho e Taguatinga. Agora, já podemos nos concentrar nas demais. Mas o volume de trabalho da Secretaria, que precisa cuidar, por exemplo, das centenas de leis criadas pelos distritais fazendo alterações pontuais nos ordenamentos das cidades, acaba por atrasar os trabalhos", explica a secretária Ivelise Longhi. Ela acredita que não terá problema com os prazos legais para apresentação dos planos diretores, porque o DF já tem um PDOT pronto.

Conselhos ficaram de fora

Paulo Carvalho 18.12.03

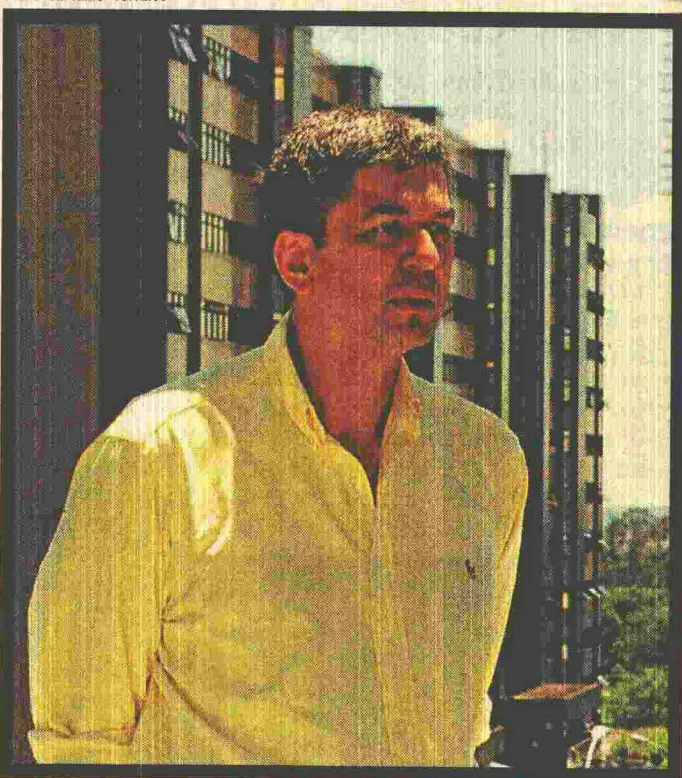
Dois Planos Diretores Locais já estão prontos para serem discutidos na Câmara Legislativa. O PDL do Gama foi entregue aos distritais em dezembro, e está na Assessoria Parlamentar à espera de ser protocolado na Casa. Já o PDL de Planaltina aguarda apenas uma revisão final para ser encaminhado ao Poder Legislativo.

Nas duas cidades, o plano diretor servirá principalmente para regulamentar a ocupação já existente. Planaltina, com 180 mil habitantes, enfrenta dificuldades com as normas para construção de prédios. Os atuais critérios proíbem, por exemplo, casas e comércios com dois andares em setores mais tradicionais.

No Gama, os problemas a serem solucionados pelo PDL tratam mais de infra-estrutura urbana. Uma das propostas é construir uma nova rodoviária nas entradas da cidade, no Setor Leste ou no Setor Oeste. Os usuários aprovam a ideia. "A atual rodoviária é a mesma há anos, não tem nem lugar para sentar", reclama a vendedora Joana da Silva Resende, 30 anos, moradora de Lago Azul, que vai e volta de ônibus para o Gama, diariamente.

Críticas

Os Planos Diretores Locais recebem críticas de especialistas e da comunidade, que reclamam de não terem sido consultados, como exige a lei. "A preparação do plano diretor não pode ficar apenas a cargo do Executivo, sob pena de trazer prejuízos à coletividade",



PARA OTTO RIBAS, OS PDLs NÃO PODEM SER PREPARADOS SÓ PELO EXECUTIVO

alerta o presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil — seção DF, Otto Ribas.

Presidente do Conselho Comunitário do Setor Norte do Gama, Marcos Moreno, também reclama. "A gente não participou como sociedade organizada. Reivindicamos coisas como um parque vivencial, mas ainda não participamos de nenhuma discussão sobre o PDL, apesar dele já estar na Câmara Legislativa", conta.

As mesmas queixas têm o presidente da Conselho Comunitário da Asa Norte, o advogado Sérgio Artur Paganini. "O

governo não tem buscado muito a participação da comunidade. Não houve, por exemplo, uma reunião com prefeitos de quadra e síndicos de prédio para que eles opinem sobre o PDL da área tombada", reclama.

A secretária Ivelise Longhi explica que a consulta à população será feita depois que os técnicos fizerem um diagnóstico completo de cada cidade. "Primeiro teremos o levantamento da situação de cada local para depois, apresentar propostas à comunidade. Não faremos um plano de gabinete", garante.